

ATA DA 1ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2012.

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Primeira Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, Biênio 2012 – 2014, no auditório da PRODESAN sito à Pça. Dos Expedicionários, nº 10, Gonzaga, Santos/SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação das Atas das 22ª e 23ª reuniões; 2 – Definição dos integrantes das Câmaras Técnicas e de seus Coordenadores; 3 – Apresentação da equipe técnica da Terrestre Ambiental sobre estudo de impacto ambiental do EIA/RIMA - Ampliação do Aterro Sanitário CGR Terrestre Ambiental; 4 - Comunicados da Secretaria; 5 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SESEG, SECULT, SECID, SEDES, COHAB, UNIMES, FATEC, OAB, COMEB. Justificaram a ausência: SIEDI, SEPORT, PRODESAN, UNIMONTE. O Presidente João Guedes deu início à reunião desejando um bom dia a todos. Perguntou se alguém tinha algo a comentar sobre as atas e o Sr. Paulo/SMS solicitou uma retificação na 23ª. A ata da 22ª foi aprovada por unanimidade. Passou ao 2º item da pauta e enfatizou que algumas Câmaras Técnicas estavam com número excessivo, sendo necessária a retirada de alguns integrantes, o que ficou para depois da apresentação do EIA/RIMA da Terrestre Ambiental ao COMDEMA. Apresentou o Sr. Alex Schlosser, palestrante, que solicitou que as perguntas fossem feitas ao final. Explicou que o aterro da TERRESTRE AMBIENTAL, opera desde 2003 na Área Continental de Santos e fez um breve histórico do empreendimento. Foi elaborado um EIA/RIMA pela PRODESAN, onde operava uma mineração, aprovado pelo estado, e, como Santos precisava de um local para disposição adequada de resíduos, a TERRACOM se uniu à ESTRE formando a TERRESTRE AMBIENTAL, um centro de gerenciamento de resíduos, pois se compõe do aterro, unidade de triagem de resíduos da construção civil e outra de tratamento de biogás, com tecnologia de ponta, cujo gás é queimado e gera créditos de carbono, licenciado pela ONU. A operação foi prevista em duas etapas, contudo, a concepção é que continuasse recebendo os mesmos resíduos, na mesma quantidade. Que, para a referida continuidade do empreendimento, bem como para otimizar a ocupação da área pelo empreendimento foi elaborado novo EIA/RIMA para a ampliação, com vistas a manter o recebimento de resíduos, na temporada, recebe 2500 T e no restante do ano, 1500 T, com 50 m de altura de maciço de resíduos. Santos é a cidade mais interessada e importante, mas atende toda a Baixada Santista e é monitorado pela CETESB, com nota sempre acima de 9,0. Impermeabilizado com manta de polietileno de alta densidade, após o solo ser compactado. Acima, é implantada a captação de líquidos percolados e gases, tudo embasado por um colchão drenante. Há duas formas de tratamento do chorume: dentro do empreendimento por empresa certificada e a outra parte é encaminhada para estações de tratamento da SABESP. O tratamento do biogás transforma o metano em CO2 de menor impacto ambiental. A água de chuva também é captada. Certificado pela ISO 14000 e 9000, com ferramentas de gestão, muito além das exigências do que o órgão estadual faz, mas que também reduz despesas para a empresa. A instrumentação geotécnica mostra como se movimenta vertical e horizontalmente, já que o resíduo é úmido e, assim, há como prever a movimentação, antecipando qualquer acidente ou risco. Recebem resíduos industriais, desde que não perigosos e certificados. Compõe-se de balança, laboratório para análise do PH e temperatura. Caso não seja aprovada, a carga retorna. Também controlam seus equipamentos, como os de geração de fumaça preta, lubrificação. A Destra foi a empresa que compôs o estudo de impacto ambiental, apresentado pelo Sr. Alexandre Martinelli, biólogo. Ele explicou que o estudo foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, composta por geólogo, engenheiro, sociólogo, arqueólogo, entre outros. Mostrou a localização por foto de satélite, próximo ao km 254 da Rodovia Cônego Domênico Rangone, local com ventos de sudeste. São estudados:

composição do solo; aspectos climáticos; bióticos – flora e fauna -, sócio-econômicos – uso e ocupação do solo, tráfego viário, saneamento, etc através de bibliografia e estudo de campo. Tanto na área de influência direta como indireta. Com base nos estudos e na característica do projeto proposto, foram levantadas as ações mitigadoras. Percebeu-se o aumento da população, com cerca de 450 mil habitantes atendidos. Os principais, identificados, foram: risco de contaminação das águas subterrâneas que, para ser evitado, é proposta a impermeabilização, a drenagem e tratamento dos resíduos. Para as superficiais, drenagem, o que também diminui o volume de chorume. Em relação aos gases odoríficos, estes são drenados e queimados. Quanto à supressão de vegetação, compensação, no mínimo, 5 vezes maior. Para evitar danos à fauna e flora, em primeiro lugar é feito o treinamento dos funcionários e fiscalização. Vias sinalizadas, diminuem o atropelamento de animais. Também foram identificados impactos positivos, como a manutenção dos postos de trabalho para pessoas da região, aumento da arrecadação municipal, e, principalmente, trata-se de alternativa ambientalmente adequada, por consequência, também favorável à saúde pública. Para avaliarem o funcionamento, estão previstos no estudo uma série de planos de monitoramento que avaliam a eficácia das medidas propostas. Além da base teórica, a experiência já existente no empreendimento, que possui certificação ISO 14000, IQR, indicam um empreendimento de muita qualidade do ponto de vista técnico. A concepção geométrica foi baseada em modelagens matemáticas, para garantir a estabilidade geotécnica deste maciço. Concluíram que há viabilidade ambiental, considerada a adoção das medidas mitigadoras previstas. Sr. Jaime perguntou se é obrigatório que as empresas que recolhem os resíduos de construção levem para este local. Sr. Alexandre respondeu que está disposta à sociedade, mas não há obrigatoriedade. É uma entidade privada que pode ser contratada. A apresentação no COMDEMA é, inclusive, para eventualmente deliberar sobre alguns aspectos. A partir do momento que existir alguma norma que impeça que os caçambeiros joguem em qualquer lugar e os obriguem a reciclar, terão que se adequar. Sr. Marco Aurélio/SEMAM explicou que a legislação já existe, e já está em aprovação na Prefeitura o Plano de Resíduos Sólidos do Município. Independente desta célula ser aprovada, a fiscalização sobre disposição errônea de resíduos na cidade já está sendo regulamentada. Sr. Flávio, Secretário de Meio Ambiente, complementou que a Prefeitura está fazendo uma área na Alemoa para os resíduos de construção civil gerados pela Prefeitura e, sobrando tempo e máquinas, atenderão também os privados. Sra. Valéria/SEDUC, perguntou sobre o tratamento de efluentes líquidos. Sr. Alexandre explicou que o tratamento de chorume é feito por uma empresa terceirizada que trata uma parte no próprio local e, após tratado, é lançado no Rio Jurubatuba. A outra é encaminhada à SABESP. Ela também perguntou sobre o reflorestamento. Ele respondeu que a avaliação prévia calcula o que será suprimido e compensado. Nada do que foi apresentado aconteceu, só depois de aprovado pelo estado. A prof^a também perguntou quais as cidades atendidas pela TERRESTRE. Sr. Antônio de Mello Neto respondeu que são: Mongaguá, Santos, Guarujá, Bertioga, Cubatão e de maneira emergencial, Miracatu e Ilha Comprida. É o único licenciado do litoral de São Paulo, com IQR 9,6, no mesmo nível que a capital. Sra. Valéria solicitou uma visita técnica e ele disse para entrar em contato. Sr. Alexandre sugeriu que seja feito através da secretaria do Conselho. Sr. Paulo/SMS perguntou se os gases podem ser aproveitados para produção de energia elétrica e Sr. Alexandre explicou que não é viável financeiramente e que os parâmetros da ONU impedem que uma unidade registrada para queima seja modificada para geração de energia. Tentaram nos últimos 2 anos, com intenção de gerar energia para o próprio empreendimento, mas não foi possível. Sr. Paulo/SMS explicou que está fazendo inspeções e lhe perguntaram para onde as empresas que trabalham com amianto devem enviar este material. O presidente solicitou que perguntas não relacionadas à apresentação sejam feitas entre os assuntos gerais. Sr. Jasson/Fórum da Cidadania parabenizou o grupo e o Conselho, que levam em

conta o princípio da precaução. Sra. Paula/FMO perguntou sobre a terra utilizada na cobertura e Sr. Alexandre respondeu que do próprio local, se necessário, no futuro, importarão de jazidas autorizadas. Também perguntou se o material da coleta seletiva irá para a TERRESTRE. O palestrante informou que não, e o Sr. Neto/TERRESTRE informou que são direcionados para a Unidade de beneficiamento de resíduos, gerenciado pela SEMAM. Sr. Lustoza perguntou sobre onde está a oportunidade de melhoria do IQR. Sr. Neto explicou que as notas operacionais foram 10. Mas o lençol freático abaixo de 5m e proximidade a corpo hídrico impedem que a nota seja maior. Também arguiu se haverá ampliação. Sr. Alexandre disse que neste momento a proposta é esta. Sr. Alexandre Rezende/SEMAM perguntou se há manifestação oficial da CETESB. Ele respondeu que está em análise e faz parte do processo esta apresentação para a sociedade. Sr. Marco Aurélio/SEMAM explanou que a legislação não prevê apresentação, mas apreciação do EIA/RIMA pelo COMDEMA e sua Câmara Técnica. Sr. Alexandre/SEMAM questionou sobre a cobertura vegetal que será suprimida, se o entorno já está descaracterizado e como está caracterizado de acordo com o CONAMA, se restinga, mosaico, em estado avançado, médio, inicial. Sr. Marcelo Onuki respondeu que está descaracterizado e que se trata de floresta atlântica, terras baixas, com mosaico inicial e médio. Sr. Alexandre /SEMAM enfatizou que se trata de área isolada. Sr. Alexandre explicou que a área fica entre a SA1 e SA2 que já estão em funcionamento. O presidente explicou ao Sr. Jaime que o processo foi protocolado no dia 20/09 e ainda não foi enviada à Câmara Técnica por esta não estar formada, já que a presente reunião é a 1ª do biênio e que após a avaliação será apresentado ao COMDEMA. Sr. Fernando/UNISANTA perguntou quais são as análises das águas superficiais e Sr. Neto respondeu que são 6 parâmetros, com análise dos lançamentos monitorados mensalmente, das águas subterrâneas trimestralmente e anualmente, um completo. Os resultados são analisados por laboratórios creditados e enviados à CETESB. Sr. Ovanir/SIEESP, comentou que quando se fala em lixo, ninguém o quer em seu município e este empreendimento, em Santos, atende toda a baixada. Perguntou se o município ganha algo com isso, ou se há compensação dos outros municípios, não querendo ser considerado “bairrista”. Sr. Neto explicou que a área é privada e as relações municipais são de caráter público. O Secretário Flávio lembrou que a água de Santos é servida por Cubatão, de Santos para Guarujá e que a visão é metropolitana ao gerir os recursos naturais, e da mesma forma com os resíduos. Estao aguardando a conclusao e 1ª reunião sobre o Plano de Resíduos Sólidos que também está sendo tratado pela AGEM. Sr. Ovanir lembrou que o lixo é diferente, uma área está sendo ocupada e que cada municipio deveria ter o seu. Sr. Neto exemplificou com o lixão de Sambaibatuba, o grau de doenças pulmonares era muito alto e com a resolução regional, isto se resolveu, um quadro que não existe mais há 10 anos. A TERRESTRE está de acordo com as ditretrizes de Santos. Sr. Ovanir explicou que sua colocação não é sobre a questão ambiental, mas da área que vai precisar ser ampliada. O presidente João Guedes fez um aparte, que o atendimento de outras cidades diminuirá a vida útil do aterro, mas não se pode deixar de atender os primos-irmãos de nossa região, lembrando que nosso estuário recebe muitos resíduos. Os palestrantes foram aplaudidos e agradeceram. O presidente voltou ao 2º item da pauta. Informou que algumas câmaras estão com número acima do permitido, máximo de 5, e solicitou que se retirassem voluntariamente. Sr. Jaime se retirou da C.T. de Educação Ambiental, colocando-se á disposição para colaborar quando necessário. O presidente explicou que cumprirá o regimento e só interferirá se houver faltas além do permitido, o que não deve acontecer, devido às pessoas mais interessadas neste biênio, graças ao empenho do Secretário Flávio Corrêa e de todo o grupo. O presidente João Guedes anotou os integrantes e os coordenadores, pediu que fizessem reunião mensal ou bimestral e solicitou o calendário para que ele também possa participar destes encontros. Entre os comunicados da secretaria, vereadores enviaram ofícios com questões sobre plantio, poda e Sr. Hugo

Dupré solicitou que o Diário Oficial torne a ser impresso em preto e branco para viabilizar posterior compostagem. O presidente achou interessante para avaliação da CT de Qualidade Ambiental e de Educação Ambiental. E quanto ao plantio, também. Sr. Jaime informou que o Sr. João Cirilo, Chefe do Jardim Botânico, fez explanação na reunião do Comitê ODM, informando sobre estudo de tipos de árvores a serem plantadas na cidade, com plantio de 5 mil árvores. Entre os Assuntos Gerais, Sr. Paulo perguntou sobre o destino do amianto para devolução à origem, quando muitos fabricantes nem existem mais. O presidente João Guedes explicou que há um dilema sobre a utilização e a fabricação. Esta é proibida, mas a utilização parece que não. Santos está repleta de caixas d'água deste material. No ato da fabricação ele é cancerígeno, ao se inalar o pó. O presidente solicitou à C.T. De Educação Ambiental que procurem um especialista sobre o assunto. Sr. Alessandro/SEAS comentou que é proibida a comercialização de produtos novos. O presidente disse que nem todos os estados proíbem, isso precisa ser levantado. Sr. Paulo comentou que produtos da BRASILIT possuem o selo "amianto zero" e da ETERNIT, "contém amianto". O presidente encaminhou à Câmara Técnica. Sr. Jasson informou sobre seu trabalho na Fundação SETTAPORT com resíduos eletrônicos, reciclagem de computadores, que são emprestados a escolas para que sejam devolvidos ao pararem de funcionar, quando emprestam outro. Assim, conscientizam sobre a responsabilidade de controlar os resíduos e convidou a todos para o conhecerem, na Av. Conselheiro Nébias, nº 85. Escolas serão inauguradas, gratuitas e para todas as idades, no Morro São Bento, Saboó e Zona Noroeste. O presidente informou que a próxima reunião será no dia 07 de novembro e destacou que o horário é às 9h. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária